

“Aprender com as outras e consigo mesma”: a coprodução de conhecimento como estratégia para o fortalecimento da autonomia de mulheres agricultoras no sul do Brasil
Learning from Others and Myself”: Knowledge Co-Production as a Strategy to Strengthen the Autonomy of Women Farmers in Southern Brazil

Rebeca Maciel do Nascimento

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, Paraná (PR), Brasil

Adrieli Luisa Ritt

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, Paraná (PR), Brasil

Ana Gabriela Tessaro

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, Paraná (PR), Brasil

Leticia Lais Fantinel Itczak

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, Paraná (PR), Brasil

Alessandra Matte

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, Paraná (PR), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este estudo analisa como os processos de coprodução de conhecimento e escuta intergeracional influenciam o reconhecimento do trabalho feminino e a construção da autonomia entre mulheres rurais no município de Santa Helena (PR), Brasil. A pesquisa adotou abordagem qualitativa baseada em dinâmicas participativas e análise de materiais produzidos coletivamente pelas participantes. Os resultados evidenciam que, embora transformações institucionais tenham ampliado o acesso das mulheres à educação, aposentadoria e participação política, persistem normas de gênero internalizadas que continuam estruturando a divisão sexual do trabalho. A problematização coletiva das atividades cotidianas permitiu que as participantes reinterpretassem suas próprias trajetórias, produzindo deslocamentos na percepção do valor social e econômico do trabalho feminino. O estudo demonstra que processos dialógicos de coprodução de conhecimento podem atuar como práticas formativas capazes de fortalecer o reconhecimento simbólico e ampliar margens de autonomia em contextos rurais.

Palavras-chave: mulheres rurais, coprodução de conhecimento, autonomia, relações de gênero

Abstract: This study examines how processes of knowledge co-production and intergenerational listening influence the recognition of women's work and the construction of autonomy among rural women in the municipality of Santa Helena (PR), Brazil. The research adopted a qualitative approach based on participatory dynamics and the analysis of materials collectively produced by the participants. The results show that, although institutional transformations have expanded women's access to education, retirement, and political participation, internalized gender norms persist, continuing to structure the sexual division of labor. The collective problematization of daily activities allowed participants to reinterpret their own trajectories, creating shifts in the perception of the social and economic value of women's work. The study demonstrates that dialogical processes of knowledge co-production can function as formative practices capable of strengthening symbolic recognition and expanding margins of autonomy in rural contexts.

Keywords: rural women, co-production of knowledge, autonomy, gender relations

1. Introdução

As relações de gênero no meio rural historicamente estruturaram-se por uma divisão sexual do trabalho, que centraliza a participação feminina em atividades de cuidado e reprodução social, ao mesmo tempo em que invisibiliza seu papel produtivo e decisório. Apesar de representarem cerca de 38% da força de trabalho agrícola mundial (FAO, 2023), as

mulheres continuam sub-representadas em propriedades, gestão e tomada de decisão, fenômeno observado também no Brasil, onde a maioria dos estabelecimentos rurais é formalmente administrada por homens (81,6%) (IBGE, 2019).

Essa assimetria não se restringe à distribuição material de recursos. Mecanismos simbólicos de legitimação social reforçam padrões patriarcais que posicionam as mulheres como auxiliares, mesmo quando desempenham atividades produtivas essenciais (Matte *et al.*, 2021; Barreto *et al.*, 2020; FAO, 2023). O trabalho feminino muitas vezes é nomeado apenas como “ajuda”, reduzindo sua relevância econômica e política, fenômeno compreendido à luz do conceito de violência simbólica de Bourdieu (2002). O trabalho historicamente classificado como “doméstico” sustenta a vida rural e contribui para a segurança alimentar, conservação de sementes, manejo de hortaliças, organização da produção familiar e transmissão intergeracional de saberes (FAO, 2023). Tais práticas combinam contribuição produtiva e pedagógica, sendo espaços cotidianos de construção e compartilhamento de conhecimento entre gerações.

A divisão sexual do trabalho também molda subjetividades femininas marcadas pela sobrecarga e naturalização da desvalorização, restringindo margens de autonomia. Conforme Butler (2018), normas de gênero são reiteradas performativamente no cotidiano, associando feminilidade ao cuidado doméstico e à submissão conjugal (Basak & Chowdhury, 2024). Reconhecer essas dinâmicas é fundamental para compreender o potencial de espaços coletivos de reflexão e coprodução de conhecimento como instrumentos de transformação simbólica.

Transformações sociais recentes, como avanços na educação, aposentadoria e participação política, coexistem com desigualdades persistentes no acesso à terra, crédito e reconhecimento social (Medeiros, 2021; Brumer, 2004, 2008; Brumer & Spanevello, 2012; Matte *et al.*, 2021; Breitenbach, 2024). A autonomia feminina não pode ser compreendida como conquista linear ou puramente individual, mas depende de processos que articulem reconhecimento, acesso a recursos e transformação cultural (Albornoz-Arias, Rojas-Sanguino & Santafe-Rojas, 2025; Herrera, 2018).

Práticas formativas e espaços de diálogo coletivo, inspirados na pedagogia crítica (Freire, 2019), podem deslocar normas de gênero e reconstruir simbolicamente o valor do trabalho feminino. A coprodução de conhecimento, entendida como construção conjunta e compartilhada de saberes (Djenontin & Meadow, 2018), permite que experiências naturalizadas sejam problematizadas, tensionando hierarquias e ampliando possibilidades de reconhecimento simbólico.

Diante desse quadro, o estudo preenche essa lacuna ao analisar como processos de coprodução de conhecimento no município de Santa Helena (PR) atuam como práticas formativas que articulam autorreflexão e autonomia. O diferencial desta análise reside em observar como o compartilhamento de experiências entre diferentes gerações tensiona hierarquias e reconstrói o valor simbólico do trabalho feminino.

3. Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, e foi conduzida a partir de uma abordagem freireana, que valoriza a escuta, a partilha de saberes e a construção coletiva do conhecimento (Freire, 2019). Conforme Richardson (2012), esse tipo de investigação busca compreender significados atribuídos a experiências sociais e permite atingir níveis mais profundos da realidade, por meio da análise de atitudes, valores e percepções. Ainda segundo Gómez, Flórez e Jiménez (1996), a pesquisa qualitativa possibilita retratar a vida de um grupo social com sensibilidade analítica, respeitando suas dinâmicas e contextos culturais. Ao lançar mão dessa abordagem, o estudo focaliza as formas como mulheres rurais constroem sentidos sobre suas trajetórias e sobre o papel que ocupam em suas famílias, comunidades e no contexto mais amplo da agricultura familiar.

A pesquisa foi realizada no município de Santa Helena (24°51'36" S, 54°19'30" W), localizado na região Oeste do estado do Paraná, Brasil, com a participação de 100 mulheres agricultoras residentes no meio rural. A seleção das participantes foi orientada por critérios de inclusão simples: mulheres maiores de 18 anos, vinculadas à agricultura familiar e residentes em áreas rurais do município. A mobilização foi viabilizada por meio de parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena, que desempenhou papel fundamental na divulgação do evento e na articulação com as comunidades locais. A amostra foi de tipo amostragem por conveniência, mediada pela organização sindical, com foco na diversidade de perfis e experiências, de modo a garantir uma escuta plural.

O estudo foi desenvolvido por meio de uma programação de atividades participativas, orientadas pela escuta ativa, pelo fortalecimento do vínculo entre as participantes e pela valorização de suas experiências. As atividades foram desenhadas e validadas por um coletivo de pesquisadores de diferentes áreas, integrantes da Rede de Pesquisa, Inovação e Extensão em Desenvolvimento Rural (Rede Campo), seguindo os princípios da andragogia (Oliveira; Maciel, 2024) e da coprodução de conhecimento (Matte *et al.*, 2021; Nascimento *et al.*, 2025),

promovendo a aprendizagem centrada nas participantes adultas e a construção conjunta de saberes.

O evento iniciou com a organização das mulheres em círculo, realizando dinâmicas de ambientação, relaxamento e integração. Em seguida, propôs-se uma atividade de reflexão sobre o valor do trabalho das mulheres, na qual as participantes listaram suas atividades cotidianas no espaço produtivo e reprodutivo e estimaram o valor monetário de cada tarefa, considerando quanto custaria contratá-las. A dinâmica estimulou a consciência crítica sobre a desvalorização econômica e social do trabalho feminino, provocando reações de surpresa, indignação e reconhecimento, além de favorecer a escuta sensível entre as participantes. Embora não tenha configurado uma técnica formal de coleta, gerou registros em caderno de campo e criou ambiente propício à participação nos grupos focais subsequentes.

Para a coleta de dados, foram realizados grupos focais com 100 mulheres, distribuídas em oito subgrupos de 12 a 13 participantes cada. Cada subgrupo contou com a mediação de um facilitador previamente instruído e utilizou materiais visuais e escritos, como papel pardo, canetinhas coloridas, giz de cera e lápis de cor, permitindo múltiplas formas de expressão e garantindo a inclusão independentemente do grau de escolaridade. Essa técnica se mostrou adequada para revelar discursos compartilhados, trajetórias individuais e percepções coletivas, evidenciando experiências frequentemente invisibilizadas, como trabalho não remunerado, afetos e desafios enfrentados pelas mulheres (Munaretto, Corrêa e Cunha, 2013; Ressel *et al.*, 2008).

Durante os grupos focais, cada subgrupo refletiu sobre duas questões norteadoras: (1) “Qual era a condição da mulher rural brasileira há 60 anos?” e (2) “Quais foram as principais transformações na condição da mulher rural brasileira nas últimas seis décadas?”. As discussões foram organizadas em seis eixos temáticos: casamento, família, trabalho, alimentação, vestimentas e comunidade, selecionados com base em referências da área e na experiência prévia dos pesquisadores (Spanevello, Matte e Boscardin, 2016; Schmoeller, 2023; Litre *et al.*, 2023; Nascimento *et al.*, 2025). As reflexões foram registradas nos cartazes disponibilizados pelo grupo, utilizando linguagem escrita e/ou visual, conforme a preferência das participantes. Ao final, cada subgrupo apresentou suas conclusões ao coletivo, ampliando a troca de experiências e permitindo identificar convergências e divergências nas narrativas produzidas.

O evento foi encerrado com uma mística, promovendo reconexão com as raízes ancestrais das participantes e homenagem às mulheres que as precederam. A metodologia

adotada, ao articular práticas participativas, andragógicas e intergeracionais, possibilitou o engajamento ativo das mulheres, a expressão de múltiplos saberes e a construção coletiva de conhecimento sobre sua realidade e trajetória no meio rural (Freire, 2019; Matte *et al.*, 2021).

Todo o processo de construção coletiva foi acompanhado pelos autores, os quais atuaram como facilitadoras dos grupos, oferecendo suporte durante as atividades, registrando observações em caderno de campo e auxiliando na organização das produções. As apresentações finais de cada subgrupo foram gravadas em áudio e, juntamente com os cartazes e registros etnográficos, compuseram o corpus empírico do estudo. Também foram realizadas fotografias das atividades como forma de documentação visual complementar.

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Silva e Fossá (2015), que permite identificar categorias, significados e padrões nas comunicações orais, visuais e escritas produzidas durante o encontro. O material foi analisado em sua totalidade: as transcrições das falas gravadas, os cartazes elaborados pelos subgrupos, os registros fotográficos e as observações etnográficas anotadas em campo. O percurso analítico buscou sistematizar os sentidos atribuídos pelas mulheres às suas experiências, evidenciando continuidades e rupturas nos modos de vida, nas relações de gênero e nos processos de construção da autonomia ao longo das últimas décadas. Cabe salientar que, ao reconhecer o valor simbólico e político das narrativas construídas coletivamente, a análise teve como foco a escuta sensível dos enunciados e a valorização dos saberes das mulheres rurais enquanto sujeitos históricos, sociais e epistemológicos.

3. Discussão dos Resultados

Participaram da pesquisa 100 mulheres rurais, residentes no município de Santa Helena (PR), com idades entre 18 e 90 anos, havendo maior concentração na faixa entre 45 e 55 anos. A diversidade etária contribuiu para a dimensão intergeracional das narrativas produzidas ao longo do encontro.

A análise do material empírico permitiu identificar categorias centrais relacionadas à invisibilização do trabalho feminino, à emergência de autorreflexão crítica, ao reconhecimento simbólico das atividades desempenhadas e às dinâmicas intergeracionais de transformação e permanência nas relações de gênero. A partir dessas categorias, os resultados são organizados nas subseções a seguir.

3.1 Problematização do trabalho invisibilizado: emergência da autorreflexão coletiva

A atividade inicial desenvolvida no encontro constituiu-se como momento central de problematização do trabalho feminino no meio rural. Ao serem convidadas a listar todas as atividades realizadas cotidianamente nos estabelecimentos agropecuários, abrangendo tanto tarefas produtivas quanto reprodutivas, as participantes tornaram visível um conjunto amplo de responsabilidades que, embora essenciais à reprodução econômica e social das unidades familiares, permaneciam naturalizadas e pouco reconhecidas.

Entre as atividades elencadas estavam a ordenha, o preparo das refeições, a limpeza da casa, o cuidado com crianças e idosos, o trabalho na horta, a produção de queijos, a organização das compras e o apoio às atividades agrícolas conduzidas em parceria com os companheiros. A pluralidade de tarefas revelou a extensão da jornada feminina e a sobreposição constante entre trabalho produtivo e reprodutivo, desafiando a separação tradicional entre “ajuda” e atividade econômica propriamente dita.

Na segunda etapa da dinâmica, as participantes foram convidadas a atribuir, de forma hipotética, um valor monetário às atividades anteriormente listadas, considerando a eventual necessidade de contratar terceiros para realizá-las durante um mês de ausência. O processo de negociação coletiva dos valores mobilizou debates intensos, comparações com salários praticados na região e reflexões sobre o esforço físico e emocional implicado em cada tarefa. Ao final, a estimativa totalizou R\$63.300,00 para um mês de trabalho. O montante produziu surpresa e deslocamento interpretativo entre as participantes, evidenciado em comentários como “vou chegar em casa e falar para meu marido”, indicando que a experiência extrapolou o caráter lúdico e desencadeou reinterpretações sobre o próprio papel na família e na propriedade.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da pedagogia crítica de Freire (2019), segundo a qual a conscientização emerge quando sujeitos passam a perceber criticamente as condições estruturais que organizam sua realidade. Ao transformar tarefas naturalizadas em objeto de quantificação e debate coletivo, a atividade rompeu temporariamente com a lógica que associa o trabalho feminino a uma extensão espontânea das obrigações domésticas. A experiência vivida deixou de ser apenas prática cotidiana para tornar-se conteúdo de reflexão compartilhada.

A invisibilização do trabalho feminino, amplamente documentada na literatura sobre ruralidade e gênero, opera por meio de mecanismos simbólicos que classificam as mulheres como auxiliares ou ajudantes, mesmo quando desempenham funções produtivas centrais (Barreto *et al.*, 2020; FAO, 2023). Nos relatos das participantes, tornou-se evidente que

nenhuma delas recebia remuneração direta por suas atividades, e, em alguns casos, sequer dispunha de recursos próprios para despesas pessoais. Tal cenário evidencia que a desigualdade não se restringe à distribuição formal de renda, mas envolve processos de deslegitimação simbólica (Brumer, 2004; Litre *et al.*, 2023).

Bourdieu (2002) descreve a violência simbólica como forma de dominação que se exerce com a cumplicidade daqueles que a sofrem, por meio da internalização de esquemas de percepção socialmente construídos. A naturalização da ausência de remuneração e a aceitação da sobrecarga doméstica indicam a incorporação histórica de disposições que definem o trabalho feminino como dever moral, e não como contribuição econômica legítima. A dinâmica de monetização hipotética funcionou, nesse sentido, como ruptura momentânea desses esquemas incorporados, ao tornar visível a dimensão econômica do trabalho invisibilizado.

Além da dimensão econômica, a atividade produziu reconhecimento coletivo. A validação pública das tarefas desempenhadas por cada mulher fortaleceu a percepção de pertencimento e relevância social. Herrera (2018) argumenta que a autovalorização constitui etapa fundamental para o fortalecimento da autonomia feminina, especialmente em contextos nos quais a desvalorização é internalizada ao longo das gerações. Ao nomearem e compartilharem suas experiências, as participantes construíram um espaço de legitimação mútua que tensiona a ideia de que o trabalho doméstico e produtivo feminino é secundário ou complementar.

Ao mesmo tempo, a problematização revelou limites estruturais persistentes. A ausência histórica de direitos previdenciários e a dependência financeira em relação aos maridos, mencionadas por participantes mais velhas, evidenciam que o reconhecimento simbólico não foi acompanhado, no passado, de reconhecimento jurídico e econômico. A conquista da aposentadoria rural após 1988, como discutido por Medeiros (2021), representou marco importante nesse processo, mas não eliminou a sobrecarga feminina nem redistribuiu integralmente o poder decisório no interior das famílias.

Dessa forma, a atividade inicial não se configurou apenas como técnica metodológica, mas como prática formativa situada. Ao articular experiência vivida e reflexão crítica, o encontro produziu condições para a emergência de autorreflexão coletiva. Essa autorreflexão, por sua vez, constitui fundamento para os movimentos intergeracionais analisados nas seções seguintes, nos quais reconhecimento, autonomia e transformação são negociados em meio a permanências estruturais.

3.2 Transformações intergeracionais: continuidades e rupturas na condição feminina rural

A sistematização das permanências e transformações identificadas nos grupos focais é apresentada no Quadro 1, que sintetiza os principais achados comparativos entre passado e presente nas diferentes dimensões analisadas. A leitura intergeracional realizada pelas participantes revelou que as mudanças nas condições de vida das mulheres rurais não se configuram como ruptura linear, mas como processo marcado por continuidades estruturais e reconfigurações situadas.

Quadro 1 – Transformações nas percepções sobre a condição das mulheres rurais segundo os grupos focais focais

Dimensão analisada	Condições predominantes no passado (décadas de 1960–1970)	Transformações percebidas na atualidade (2024)
Casamento	Relações conjugais marcadas por forte autoridade masculina e submissão feminina. Mulheres casavam-se muito jovens. Havia prevalência de violência doméstica. As decisões familiares eram centralizadas no marido e as mulheres possuíam pouca autonomia nas escolhas pessoais e financeiras. Casamento regulado por normas sociais e religiosas. Pouca informação sobre sexualidade. O casamento era duradouro. Os casamentos eram arranjados por familiares. Mulheres não possuíam direito à herança de terra.	Ampliação da autonomia feminina nas relações conjugais, com maior participação nas decisões familiares e maior possibilidade de questionamento das normas tradicionais. Aumento do número de divórcios. Perda de valores tradicionais.
Família	Famílias grandes com muitos filhos. Pouco afeto. Relações condicionadas e voltadas para a subsistência. Socialização das meninas orientada para o cuidado doméstico e para o serviço aos homens. As responsabilidades domésticas e o cuidado com filhos e familiares eram atribuídos quase exclusivamente às mulheres. As condições de higiene eram precárias. Pouco suporte no período pós-parto. Educação pautada na hierarquia e no comportamento disciplinado. Era obrigatório frequentar a igreja.	Famílias menores. Persistência de responsabilidades domésticas femininas, mas com maior valorização da educação, possibilidade de escolhas profissionais e maior reconhecimento da contribuição feminina na organização familiar.
Trabalho	Trabalho feminino concentrado nas atividades domésticas e agrícolas sem remuneração ou reconhecimento formal. Muitas mulheres não possuíam renda própria nem acesso a direitos previdenciários. Os filhos estavam envolvidos no trabalho desde muito pequenos.	Maior inserção das mulheres no trabalho produtivo e no mercado de trabalho, ampliação do acesso à aposentadoria rural e maior reconhecimento da contribuição econômica feminina nas propriedades. Tecnologia como facilitadora dos afazeres domésticos.
Alimentação	Produção e preparo dos alimentos baseados em produção própria, trabalho manual e práticas comunitárias. A alimentação era fortemente associada ao papel feminino	Crescente presença de alimentos industrializados e tecnologias domésticas que facilitam o

	no cuidado da família. Refeições realizadas à mesa com a família toda reunida. Alimentos frescos, preparo manual e tradicional. Eram utilizadas opções de conservação de alimentos que não dependiam de energia (por exemplo, conservar a carne em gordura suína).	preparo. Ao mesmo tempo, mantém-se a centralidade feminina na organização da alimentação familiar.
Vestimentas	Normas sociais rígidas regulavam a aparência feminina, restringindo o uso de determinadas roupas e reforçando padrões de comportamento considerados adequados para as mulheres. As mulheres confeccionavam as roupas da família. As roupas eram passadas de filhos mais velhos para os mais novos e eram utilizadas até se acabarem. Pouca variação de peças. Até mesmo os absorventes eram confeccionados com tecido de lençóis. As roupas eram lavadas no rio e algumas passavam por fervura.	Maior liberdade de escolha na forma de vestir e expressar identidade, refletindo transformações culturais e ampliação das liberdades individuais.
Comunidade	Forte presença de práticas comunitárias e religiosas que regulam comportamentos e reforçaram papéis de gênero tradicionais. A participação feminina em espaços públicos e decisórios era limitada. As comunidades eram mais unidas e havia maior socialização entre vizinhos.	Ampliação gradual da participação feminina em cargos de lideranças sociais e institucionais, embora ainda persistam desigualdades e barreiras estruturais.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das discussões dos grupos focais.

Além da análise dos cartazes, os diálogos nos subgrupos evidenciaram consenso sobre a condição feminina no passado, marcada pela submissão. As décadas de 1960 e 1970 foram descritas como períodos de forte hierarquização social, com autoridade masculina nas relações familiares e comunitárias e naturalização da submissão feminina (Alvez-Mazzotti, 2008). Essa lógica permeava diferentes esferas da vida social, desde a socialização das meninas até o trabalho, o casamento e o cotidiano (Coelho; Souza; Honorato, 2019).

Os resultados mostram que a experiência feminina nas décadas de 1960 e 1970 em contextos rurais tradicionais era marcada por acesso limitado à informação e a cuidados de saúde, especialmente em temas considerados tabu, como menstruação e sexualidade. Práticas de higiene menstrual eram frequentemente precárias, exigindo intenso trabalho manual, somadas à falta de informações sobre o próprio corpo e saúde reprodutiva. Como aponta Farias (2017), esses desafios possuem especificidades territoriais e socioculturais. Compreender essas particularidades é fundamental para políticas que promovam a saúde integral e a cidadania das mulheres rurais, reduzindo desigualdades históricas.

Ao analisar o casamento, os relatos indicam que, no passado, essa instituição era marcada por obediência e forte normatividade religiosa e cultural, limitando a autonomia feminina. Muitos casamentos eram arranjos, com estrutura hierárquica na qual o marido detinha autoridade, enquanto à mulher cabia obediência e manutenção da união. Isso restringia decisões familiares, econômicas e até a autonomia sobre o próprio corpo,

estendendo-se à esfera sexual e à impossibilidade de ruptura do casamento. Como relatou uma participante: “a mulher era criada para ser submissa, ela tinha que aceitar tudo”.

Essa configuração pode ser interpretada à luz da noção de performatividade de gênero proposta por Butler (2018), segundo a qual normas sociais reiteradas produzem identidades que passam a ser percebidas como naturais. Nos relatos das participantes, a repetição cotidiana de expectativas de obediência, resignação e dedicação ao marido contribuía para consolidar uma identidade feminina associada ao serviço, ao silêncio e à aceitação. Ao mesmo tempo, a internalização dessas hierarquias evidencia o que Bourdieu (2002) descreve como violência simbólica, isto é, a incorporação de estruturas de dominação como se fossem naturais.

Em contraste com esse cenário, as participantes também reconheceram mudanças importantes na atualidade (século XXI), como maior liberdade na escolha de parceiros, ampliação de direitos dentro do casamento, possibilidade de divórcio e acesso ao planejamento familiar. Conforme os estudos de Vaitsman (2001), essas transformações refletem avanços institucionais e científicos que ampliaram as possibilidades de autonomia feminina nas relações conjugais. Contudo, as narrativas também indicam que essas mudanças convivem com percepções de transformação nos valores associados ao casamento, evidenciando que as relações conjugais continuam sendo espaço de negociação entre tradições culturais e novas formas de organização da vida familiar.

No âmbito familiar, as representações visuais e os relatos das participantes evidenciaram percepções de restrição associadas à vida doméstica no passado. Em um dos cartazes produzidos pelos grupos, a figura de uma mulher enclausurada em uma gaiola foi utilizada como metáfora para representar a sobrecarga de responsabilidades atribuídas às mulheres no espaço familiar. Essa imagem sintetiza a percepção de que a organização familiar tradicional restringia a autonomia feminina, ao concentrar sobre elas o cuidado da casa, da alimentação e da educação dos filhos.

No passado, as famílias eram numerosas e estruturadas em torno do trabalho agrícola, com os filhos contribuindo nas atividades domésticas e produtivas. A divisão sexual do trabalho atribuía às mulheres o papel central na reprodução familiar, o que, segundo Brumer (2004; 2008), contribuiu para a invisibilização do trabalho feminino no meio rural brasileiro. Na atualidade, as participantes apontaram redução do tamanho das famílias e maior possibilidade de planejamento familiar, refletindo mudanças demográficas ligadas à escolarização feminina e a fatores socioeconômicos (Amaral; Almeida; Gonçalves, 2015). As

participantes também destacaram que o apoio moral da família fortalece a autoconfiança e favorece o equilíbrio entre responsabilidades familiares e atividades econômicas, corroborando achados de Makandwa e De Klerk (2023) em contextos rurais da África Austral.

No campo do trabalho, as participantes relataram que, no passado, as mulheres desempenhavam simultaneamente atividades domésticas e produtivas, embora estas últimas fossem frequentemente classificadas como “ajuda” ao trabalho masculino. Mesmo participando do cultivo, do cuidado com a horta e de outras tarefas na lavoura, seu trabalho não era remunerado nem reconhecido formalmente. Uma participante sintetizou essa realidade ao afirmar que a mulher “tinha que ajudar o marido na roça, cuidar da casa e dos filhos, mas sem receber ajuda em troca”. Esse cenário evidencia a invisibilização histórica do trabalho feminino no meio rural, no qual atividades produtivas essenciais eram naturalizadas como extensão das responsabilidades domésticas.

A ausência de reconhecimento institucional também se manifestava na inexistência de direitos previdenciários. Muitas mulheres lembraram que apenas os maridos administravam os recursos financeiros da família, e que a independência econômica só foi alcançada posteriormente, sobretudo após a aposentadoria. Nesse sentido, a inclusão das trabalhadoras rurais no sistema previdenciário brasileiro, a partir da Constituição de 1988, foi identificada como marco significativo de reconhecimento institucional, resultado da mobilização de movimentos sociais camponeses e da organização política das próprias agricultoras (Medeiros, 2021). Esse processo evidencia como mudanças legais podem ampliar margens de autonomia econômica e tensionar estruturas históricas de desigualdade.

As participantes também reconheceram transformações nas relações de trabalho na atualidade. Hoje, as mulheres relatam maior possibilidade de escolha profissional, participação no sustento familiar e acesso a tecnologias que facilitam as tarefas domésticas. Em alguns casos, mencionou-se também maior colaboração masculina nas atividades do lar, indicando processos graduais de renegociação da divisão do trabalho. Ainda assim, os relatos indicam que a sobrecarga feminina permanece, uma vez que o trabalho doméstico continua sendo majoritariamente atribuído às mulheres, confirmando a persistência da divisão sexual do trabalho descrita na literatura (Barreto *et al.*, 2020). Assim, embora avanços institucionais e sociais tenham ampliado o reconhecimento do trabalho feminino, as dinâmicas cotidianas ainda revelam tensões entre mudanças recentes e permanências estruturais.

A alimentação destacou-se como eixo transversal nas discussões, evidenciando a centralidade feminina na produção, preparo e organização cotidiana dos alimentos. Historicamente, as mulheres não apenas preparavam, mas também participavam de sua produção, seja no cultivo agrícola, na criação de animais ou na transformação e conservação de produtos para consumo familiar e comunitário (Paulilo, 2016; Valencia *et al.*, 2021). Essa participação evidencia seu papel fundamental nas dimensões produtivas e reprodutivas da vida rural, articulando trabalho manual, cuidado e sustento alimentar, frequentemente naturalizados e invisibilizados nas estruturas sociais e econômicas (Deere; León, 2001; FAO, 2023).

Quanto ao vestuário, as participantes relataram que, no passado, as mulheres confeccionavam suas próprias roupas, geralmente alinhadas a padrões recatados e aos valores culturais e religiosos do meio rural. O vestuário feminino refletia normas de gênero, como o uso predominante de vestidos pelas mulheres e calças pelos homens, regulando comportamentos e identidades. Estudos mostram que a produção doméstica de roupas não atendia apenas às necessidades cotidianas, mas também preservava identidades culturais e tradições comunitárias (Fülemile, 2020; Yangzom, 2016). As participantes destacaram ainda a “roupa de domingo”, usada em ocasiões especiais, como celebrações religiosas ou eventos sociais, evidenciando a distinção simbólica entre vestuário cotidiano, de trabalho e de sociabilidade.

Os relatos sobre cuidado pessoal evidenciam as condições materiais e culturais do passado, como o uso de absorventes de pano e fraldas reutilizadas, refletindo limitações tecnológicas e tabus relacionados à saúde e ao corpo feminino. Atualmente, observa-se maior disponibilidade de produtos e roupas prontas, proporcionando conforto, praticidade e ampliação da liberdade de escolha. Estudos recentes sobre autocuidado e saúde menstrual em contextos rurais, como no Nepal, destacam que o acesso a informações, diversidade de produtos menstruais, mobilização comunitária e políticas inclusivas são fundamentais para reduzir morbidade sexual e reprodutiva e melhorar a qualidade de vida (Adhikari *et al.*, 2025).

Na dimensão comunitária, as participantes recordam um passado marcado por forte convivência coletiva, evidenciada por práticas como mutirões, trocas de serviços e compartilhamento de alimentos. Essas práticas eram percebidas como expressões de solidariedade e cooperação que estruturavam a vida comunitária rural. A intensa participação religiosa também foi destacada, uma vez que a igreja ocupava posição central na organização

social e moral das comunidades, influenciando valores relacionados ao casamento, à família e ao comportamento feminino (Coelho; Souza; Honorato, 2019).

Outro aspecto recorrente nas narrativas refere-se à exclusão histórica das mulheres dos espaços formais de decisão. Segundo as participantes, cargos de liderança comunitária, política ou mesmo religiosa eram predominantemente ocupados por homens, refletindo estruturas sociais que associavam autoridade e poder à masculinidade. A presença feminina em posições institucionais na atualidade, como em cargos políticos locais, foi reconhecida como avanço importante, ainda que insuficiente para eliminar desigualdades persistentes (FAO, 2023). Estudos sobre governança rural indicam que, mesmo quando mulheres passam a ocupar espaços organizacionais ou comunitários, continuam enfrentando barreiras relacionadas ao acesso à informação, à divisão do trabalho e às normas sociais que moldam expectativas de gênero (Agarwal, 2010).

Nesse sentido, os relatos sugerem que a ampliação de direitos formais e de oportunidades de participação não implica automaticamente uma transformação das disposições culturais que historicamente estruturam as relações de gênero. As discussões também evidenciaram demandas recorrentes relacionadas ao acesso à terra, crédito, educação, serviços de saúde e oportunidades de capacitação, indicando que avanços institucionais ainda coexistem com desafios estruturais enfrentados pelas mulheres rurais. Como argumenta Bourdieu (2002), práticas sociais e percepções de legitimidade são sustentadas por disposições profundamente enraizadas que tendem a reproduzir hierarquias simbólicas ao longo do tempo. Assim, a maior presença feminina em espaços institucionais pode ser compreendida como parte de um processo gradual de renegociação das relações de poder no meio rural.

3.3 Reconhecimento, autonomia e coprodução como processos relacionais

A problematização do trabalho feminino, historicamente invisibilizadas, constitui ponto de partida para compreender os processos de reconhecimento e construção da autonomia em contextos rurais. A atividade de quantificação hipotética do trabalho doméstico e produtivo revelou-se particularmente significativa nesse processo, pois ao atribuírem valor monetário às atividades realizadas no cotidiano, as mulheres passaram a refletir sobre a dimensão econômica e social de tarefas historicamente classificadas como “ajuda” ou como extensão das responsabilidades domésticas.

Esse movimento dialoga com a noção freireana de conscientização, entendida como processo pelo qual sujeitos passam a interpretar criticamente a realidade vivida e a reconhecer-se como agentes históricos (Freire, 2019). Ao mesmo tempo, evidencia aquilo que a literatura feminista denomina trabalho reprodutivo – conjunto de atividades relacionadas ao cuidado, à manutenção da vida cotidiana e à reprodução social que, embora fundamentais para a organização da vida social, permanecem frequentemente invisibilizadas nas análises econômicas (Federici, 2019; Fraser, 2016).

Nesse contexto, o reconhecimento simbólico do trabalho feminino emergiu como dimensão central das discussões. A literatura tem demonstrado que a autodesvalorização do trabalho doméstico constitui um dos mecanismos mais eficazes de reprodução das desigualdades de gênero, uma vez que limita a percepção de legitimidade das próprias reivindicações (Herrera, 2018). Nos grupos focais, a surpresa manifestada pelas participantes diante do valor estimado de suas atividades cotidianas indicou um processo de ressignificação do próprio trabalho, no qual a nomeação e a validação coletiva das experiências contribuíram para fortalecer a autoestima e a percepção de relevância social.

Contudo, o reconhecimento simbólico não se traduz automaticamente em autonomia plena. Conforme argumenta Fraser (2003), a justiça social depende da articulação entre redistribuição material e reconhecimento cultural, sendo insuficiente o reconhecimento simbólico quando não acompanhado de transformações nas estruturas sociais que sustentam as desigualdades. Os relatos das participantes indicam que, embora tenham ocorrido avanços institucionais importantes, persistem normas e expectativas sociais que continuam moldando as experiências femininas no meio rural.

Nesse sentido, a autonomia não pode ser compreendida como atributo individual isolado, mas como processo relacional construído nas interações sociais e nas condições materiais que estruturam a vida cotidiana. Estudos recentes sobre mulheres rurais indicam que o fortalecimento da autonomia depende simultaneamente de acesso a recursos, reconhecimento social e transformação cultural (Albornoz-Arias; Rojas-Sanguino; Santafe-Rojas, 2025; FAO, 2023). Os dados deste estudo sugerem que processos coletivos de reflexão podem desempenhar papel importante nesse processo, ao possibilitar que experiências individuais sejam reinterpretadas à luz de narrativas compartilhadas.

A coprodução de conhecimento assume papel central no processo analisado, especialmente ao favorecer a construção coletiva de interpretações sobre as experiências vividas. No caso analisado, essa abordagem assume também um caráter formativo, ao

promover a escuta intergeracional e o compartilhamento de trajetórias entre mulheres de diferentes idades. A troca de experiências permitiu que memórias de submissão e restrição fossem confrontadas com narrativas de transformação e conquista de direitos, favorecendo uma leitura mais complexa das continuidades e mudanças nas relações de gênero no meio rural. Ao mesmo tempo, esse processo contribuiu para deslocar a posição tradicionalmente atribuída às participantes como objetos de pesquisa, reconhecendo-as como sujeitos produtoras de conhecimento. Esse movimento dialoga com a noção de conhecimentos situados proposta por Haraway (1988), segundo a qual experiências sociais específicas constituem fontes legítimas de produção científica.

Os resultados indicam que práticas de coprodução baseadas no diálogo e na escuta coletiva podem ampliar a consciência crítica e fortalecer o reconhecimento do trabalho feminino, embora não eliminem estruturas históricas de desigualdade. A autonomia construída nesses espaços é um processo gradual, marcado por avanços institucionais, negociações culturais e mudanças na valorização do próprio trabalho. Ao articular gênero, educação e ruralidade, este estudo evidencia que espaços coletivos de diálogo produzem conhecimento e contribuem para reconfigurar percepções, identidades e relações de poder. Assim, a coprodução emerge como prática pedagógica e política, capaz de tornar visíveis os saberes das mulheres rurais e de tensionar estruturas simbólicas que historicamente limitaram seu reconhecimento.

A avaliação realizada ao final da atividade indicou percepções predominantemente positivas sobre o encontro. Ainda assim, reconheceu-se que a reflexão coletiva também mobilizou memórias sensíveis e emoções ambivalentes, uma vez que trouxe à tona experiências passadas frequentemente marcadas por desigualdades e dificuldades. Esse aspecto evidencia a importância de abordagens metodológicas sensíveis às dimensões históricas e subjetivas que atravessam as trajetórias das mulheres rurais.

5. Considerações finais

Os resultados indicam que as transformações na vida das mulheres rurais não ocorrem de forma linear, mas em meio a tensões entre avanços institucionais, permanências simbólicas e práticas cotidianas. Apesar do maior acesso a direitos, como educação e aposentadoria, persistem padrões de desvalorização e sobrecarga associados à naturalização do trabalho feminino. Além disso, a pesquisa evidencia que a desigualdade de gênero no meio rural se mantém tanto no plano material quanto simbólico, especialmente pela invisibilização do

trabalho feminino. Ainda assim, os espaços de coprodução de conhecimento mostraram potencial para promover mudanças nas percepções das próprias mulheres, sobretudo por meio da escuta intergeracional e da reflexão coletiva.

Esses processos contribuíram para a problematização de práticas naturalizadas e para o reconhecimento do valor social e econômico do trabalho feminino, ainda que a autonomia se construa de forma gradual e relacional. Por fim, o estudo destaca o papel dos espaços coletivos como práticas formativas e aponta a necessidade de novas pesquisas sobre experiências de violência e sofrimento que emergiram nas narrativas das participantes.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se a delimitação geográfica ao município de Santa Helena (PR), o que restringe a generalização dos achados para outros contextos rurais. Além disso, o caráter qualitativo da investigação privilegia a profundidade interpretativa em detrimento da mensuração quantitativa. Ainda assim, essa abordagem permitiu captar dimensões subjetivas e simbólicas essenciais para compreender as dinâmicas de gênero analisadas.

Conclui-se que a construção de maior equidade no meio rural depende não apenas de mudanças institucionais e políticas públicas, mas também de processos formativos capazes de problematizar normas naturalizadas e ampliar a legitimidade das experiências femininas. Ao evidenciar o potencial pedagógico da coprodução de conhecimento, este estudo reforça a importância de práticas dialógicas intergeracionais como estratégias para fortalecer trajetórias de autonomia feminina e promover transformações nas relações de gênero em contextos rurais.

Agradecimentos

Este trabalho foi apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o subsídio número 423392/2021-2. Os autores agradecem os integrantes da Rede de Pesquisa, Inovação e Extensão em Desenvolvimento Rural (Rede Campo).

Referências

Adhikari, S.; Neupane, P.; Shrestha, A.; Sharma, M.; Bhandari, K.; Timilsina, A. Understanding the menstrual health self-care practices and experiences among women with physical disabilities in rural Nepal: A qualitative study. **PLoS One**, v. 20, n. 12, e0338109. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0338109>

AGARWAL, B. **Gender and Green Governance**: the political economy of women's presence within and beyond community forestry. New Delhi: Oxford University Press, 2010. 488 p. ISBN: 978-0-19-806863-1.

ALBORNOZ-ARIAS, N.; ROJAS-SANGUINO, C.; SANTAFE-ROJAS, A. K. Empowerment of rural women through autonomy and decision-making. **Social Sciences**, v. 14, n. 8, p. 469, jul. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/socsci14080469>

ALVEZ-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/248848/mod_folder/content/0/Alvez-Mazzotti.%20Representa%C3%A7%C3%B5es%20sociais.pdf. Acesso em: 21 jan. 2026.

AMARAL, E. F. L.; ALMEIDA, M. E.; GONÇALVES, G. Q. Caracterização dos níveis de fecundidade no Brasil, 1970–2010. **Espaço para a Saúde**, v. 16, n. 2, p. 5-26, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-771439>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BARRETO, R. M.; BIANCHINI, P. C.; GOMES, C. F.; D'ALBUQUERQUE, J. H. A.; SEGUNDO, J. J.; ALMEIDA, M. I. P. **Relógio da rotina diária das mulheres em comunidades fundo de pasto do sertão baiano**: importância do trabalho das mulheres para a renda familiar. [S. l.]: Embrapa, 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/218476/1/Relogio-da-rotina-diaria-das-mulheres-em-comunidades-fundo-de-pasto-2020.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

BREITENBACH, R. Jovens mulheres rurais estudantes das ciências agrárias: não querem ou não têm oportunidade de serem sucessoras? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 1, e262212, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.262212>

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>

BRUMER, A. Gender relations in family-farm agriculture and rural-urban migration in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 6, p. 11–28, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X08326012>

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF Mulher. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 23, n. 1, p. 89–112, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23746/19392>. Acesso em 26 mar. 2026.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 288 p. (Original de 1990). Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler

[-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf](#) Acesso em 26 mar. 2026.

BASAK, D.; CHOWDHURY, I. R. Role of self-help groups on socioeconomic development and the achievement of SDGs among rural women in Cooch Behar District, India. **Regional Sustainability**, v. 5, n. 2, p. 100-140, Jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.regsus.2024.100140>

COELHO, I. M.; SOUZA, D. C.; HONORATO, E. J. S. Os processos religiosos judaico-cristãos e a construção do machismo. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 2, p. 281-290, 2019. Disponível em: https://www.sncticet.ufam.edu.br/2018/anais/download/artigos/ARTIGO_6.pdf. Acesso em: 18 jan. 2026.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **Empowering Women**: land and property rights in Latin America. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2001. 408 p. (Pitt Latin American Series).

DJENONTIN, I. N. S.; MEADOW, A. M. The art of co-production of knowledge in environmental sciences and management: lessons from international practice. **Environmental Management**, v. 61, n. 6, p. 885-903, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s00267-018-1028-3>

FARIAS, A. M. R. **Mulher no campo**: os desafios para acesso aos serviços de saúde pública. 2017. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Políticas Públicas) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179956>. Acesso em: 26 mar. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The status of women in agrifood systems**. Rome: FAO, 2023. 264 p. Disponível em: <https://www.fao.org/gender/the-status-of-women-in-agrifood-systems>. Acesso em: 26 mar. 2026.

FEDERICI, S. **Re-enchanting the World**: feminism and the politics of the commons. [S. l.]: PM Press, 2019. 227 p.

FRASER, N. Contradictions of Capital and Care. **New Left Review**, n. 100, p. 99-117, jul./ago. 2016. DOI: doi.org/10.64590/nt2

FRASER, N. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, N.; HONNETH, A. (ed.). **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. New York: Verso, 2003. p. 7-109.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. ISBN: 978-85-7753-164-6.

FÜLEMILE, Á. Mudança social, vestimenta e identidade: observações sobre a desintegração da cultura camponesa exemplificada pela vestimenta das mulheres rurais na Hungria da Primeira Guerra Mundial ao fim do socialismo da era Kádár. **Acta Ethnographica**

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. DOI: <https://doi.org/10.2307/3178066>

HERRERA, K. M. Tempo de Cuidar: uma análise sobre o trabalho reprodutivo das mulheres rurais. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 8., 2018, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Rede de Estudos Rurais, 2018. p. 1404-1417. Disponível em: https://www.redesrurais.org.br/8encontro/trabalhos/Trabalho_444.pdf Acesso em 20 mar. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: SIDRA, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> Acesso em 20 fev. 2026.

LITRE, G.; MATTE, A.; COURDIN, V. ; RIBEIRO, C. M. (Org.). Mulheres, Sustentabilidade e Pecuária de Corte: gerando visibilidade no Pampa do Brasil, Uruguai e Argentina. 1. ed. Bagé, RS: Innova Media Comunicação e Serviços Empresariais, 2023. v. 1. 282p.

MAKANDWA, G.; DE KLERK, S. Impact of family moral support on female entrepreneurs involved in craft tourism. **Journal of Tourism and Cultural Change**, v. 22, n. 1, p. 61-75, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/14766825.2023.2248065>

MATTE, A. *et al.* Co-production of knowledge among rural women: paths to female recognition in rural areas. **Sustainability in Debate**, v. 12, n. 2, p. 254-283, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v12n2.2021.37700>

MEDEIROS, L. S. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-16, e021003, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.43440>

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; CUNHA, J. A. C. Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 6, n. 1, p. 9-24, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273428927002> Acesso em 13 fev. 2026.

NASCIMENTO, R.M.; MAFFINI, C.M.; TESSARO, A.G.; MATTE, A. Saberes que florescem: coprodução de conhecimento em processo de ressignificação do trabalho feminino rural. In: 63º Congresso da SOBER, 2025, UPF. Anais do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Recife: Even3, 2025. DOI: <https://doi.org/10.29327/9786527214786.1103686>

OLIVEIRA, Samya Karla Lopes de; MACIEL, Cilene Maria Lima Antunes. Andragogia um Ensino para Adultos: Breve Revisão Sistemática. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 94-98, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2024v25n1p94-98>

PAULILO, M. I. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. esp. 1, p. 296-316, 2016. Disponível: DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p296>

RESSEL, L. B.; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R.; HOFFMANN, I. C.; SILVA, R. M.; SEHNEM, G. D. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 1-10, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHMOELLER, S. **Desafios e impactos do acesso ao Pronaf Mulher no Paraná**. 2023. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2023.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 1-15, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18391/req.v17i1.2963>

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393-414, ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200018>

VAITSMAN, J. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: MURARO, R. M.; PUPPIN, A. B. (Org.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 13-20.

VALENCIA, V.; WITTMAN, H.; JONES, A. D.; BLESCH, J. Public Policies for Agricultural Diversification: Implications for Gender Equity. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, 718449, p. 1-13, set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.718449>

YANGZOM, D. Vestuário e movimentos sociais: Tibete e a política do vestuário. **Estudos de Movimentos Sociais**, [s. l.], v. 15, p. 622-633, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/14742837.2016.1213163>